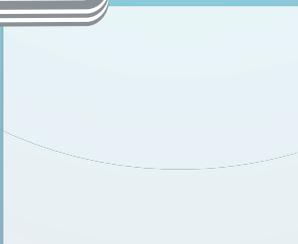


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





POLÍTICA

Sintego não convence governo

PEC DA EDUCAÇÃO Em reunião com sindicato dos professores, governador reforçou discurso de crise e não acatou principal reivindicação, reajuste do piso da categoria; greve não está descartada, diz presidente

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

Terminou sem acordo a reunião entre o governador Ronaldo Calado (DEM) e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, sobre as demandas da categoria, apresentadas como contrapartida à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% da vinculação constitucional para a educação. Professores tentavam negociar, no mínimo, o pagamento do piso salarial do magistério, reajustado para R\$ 2.557,74 em janeiro deste ano.

“O governador não quer reajustar o piso para toda a categoria, só para os que ainda não recebem, o que não atinge 3% dos professores. Não vai garantir a data-base. Não vai fazer as progressões. E ainda quer que a gente engula a redução da vinculação. É o caos absoluto”, disse Bia. De acordo com ela, Calado estava “irredutível”. “Só quer que a gente acate os inte-

resses do Executivo, sem dar nada em troca. E vai destruir a carreira, porque quando não concede para todos, há um achatamento e o piso vira teto.”

Como mostrou a coluna *Giro*, o objetivo do governador na reunião era expor a situação fiscal do Estado e tentar sensibilizar a categoria. Ao POPULAR, Calado já havia dito que reajustaria os salários daqueles que recebem aquém do piso, mas que não estenderia a medida aos demais professores. “Não tenho o financeiro e o TCE (Tribunal de Contas do Estado) já nos enviou notificações alertando para não extrapolar o teto.”

Calado convidou para a reunião, no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, além da secretária de Economia, Cristiane Schmidt, os presidentes do TCE, Celmar Rech, do Tribunal de Justiça, desembargador Walter Carlos Lemes, do Ministério Público, Aylton Vechi, e da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB). A presença deles, segundo o apurado pela reportagem, era uma estratégia para fortalecer seu posicionamento.

“Entrou amparado, ficou o



Bia de Lima, presidente do Sintego: “achatamento faz do piso o teto”

Sintego sozinho para contrapor a secretária e os presidentes de poderes. O governo quer ajustar as contas nas costas dos professores”, reclamou Bia.

Articuladores das demandas dos professores com Calado, também participaram da reunião os deputados estaduais Karlos Cabral (PDT) e Virmon-

des Cruvinel (Cidadania), além do líder do Governo, Bruno Peltoto (MDB), do secretário de Governo, Ernesto Roller, e os deputados Zé Carapó (DC) e Coronel Adailton (PP).

“A Bia colocou a questão da lei federal, disse que era importante por causa do déficit, que a carreira foi achatada, mas o go-

vernador disse que está com dificuldades financeiras”, afirmou Karlos, acrescentando ainda que as negociações continuam.

GREVE

Prevista para ser votada hoje em primeiro turno na Assembleia, a alteração na vinculação constitucional é, na verdade, uma emenda a outra PEC, de autoria de Vinícius Cirqueira (Pros), que trata de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A matéria chega ao plenário sem que o governador tenha certeza de que tem os 25 votos necessários.

Um dos principais imbróglios é justamente a suposta negativa de Karlos e Virmondes, nos bastidores, em votar favoravelmente a PEC sem que haja acordo com os professores. Outros governistas na Casa exigem a expulsão dos dois, caso eles de fato votem contra.

Além de acompanhar a sessão plenária na Assembleia hoje, o Sintego também deve fazer assembleia para decidir como proceder, caso a PEC seja aprovada. “Não está descartada a greve”, disse Bia de Lima.



JORNAIS

Bolsonaro desobriga publicação de editais

Um mês depois de desobrigar empresas de publicarem seus balanços em jornais de grande circulação no País, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu ontem também a exigência legal da divulgação de editais de concursos, licitações e leilões públicos em veículos de comunicação diários impressos. Em nota, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) afirmou que a medida é "um retrocesso na transparência e uma tentativa de enfraquecer a atividade jornalística".

Em agosto, quando decidiu sobre os balanços, Bolsonaro insinuou que tomaria a decisão formalizada na Medida Provisória 896/2019, publicada nesta segunda. Na ocasião, disse que era uma resposta ao tratamento que recebeu da imprensa durante a campanha eleitoral.

A MP 896/2019 altera quatro leis, incluindo a de Licitações, para dispor sobre a forma de publicação dos atos da administração pública. Com a medida, os órgãos públicos poderão divulgar avisos, edi-

tais, registro cadastral, extratos, minutas e outros documentos relacionados a concursos e concorrências públicas apenas na Internet e, em alguns casos, na imprensa oficial dos governos. "A exigência legal de publicação pela administração pública federal de seus atos em jornais impressos considera-se atendida com a publicação dos referidos atos em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da União", diz a MP.

O texto ainda altera a lei do pregão, uma modalidade de li-

citação, e a que normatiza licitações e contratações de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Todas as mudanças resultam na dispensa da publicação de informações em jornais diários.

ATROPELO

Para a ANJ, Bolsonaro contraria o princípio da "ampla publicidade dos procedimentos licitatórios", expresso na legislação, e "atropela" o Parlamento. "Ao editar desnecessária medida provisória sobre o

tema, o presidente da República atropela o Parlamento, uma vez que a publicação de editais nos jornais impressos é objeto de debate no Congresso, onde tramita projeto de lei que promove ampla reforma na legislação sobre licitações." A entidade vê tentativa de enfraquecer a atividade jornalística. "A MP 896 segue o espírito da MP 892, a qual pretende anular decisão do Congresso sobre a transição digital para a divulgação dos balanços empresariais sancionada pelo próprio presidente." (AE)



Governo anuncia norma de licenciamento ambiental moderna e desburocratizada

Determinação do governador Ronaldo Caiado é construir nova normativa que informatiza todo o processo, reduz o tempo de análise, melhora a produtividade e garante transparência. Apresentação foi feita pela titular da Semad, Andréa Vulcanis, em evento aberto ao público no auditório da Faeg

A determinação do governador Ronaldo Caiado é no sentido de modernizar e desburocratizar o sistema de licenciamento ambiental com o olhar voltado para frente, para o futuro. Esta foi a tônica da apresentação feita nesta segunda-feira (09/09) pela secretária estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, em evento aberto ao público realizado no auditório da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), no Setor Sul.

A secretária detalhou a nova normativa que informatiza todo o processo, reduz o tempo de análise, melhora a produtividade, garante transparência, uniformidade de tratamento para situações semelhantes e eficiência na emissão dos documentos. O presidente da Faeg, José Mário Schreiner, fez o discurso de abertura diante de um auditório completamente lotado, oportunidade em que destacou a importância histórica da iniciativa do Governo do Estado.

Licenciamento ambiental é uma

exigência a que estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que empregam recursos naturais ou que possam causar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente. Com a nova norma, o Governo de Goiás objetiva superar gargalos, como quatro anos de fila de espera, o que gera um passivo de 3 mil processos. A meta é acabar com o licenciamento fracionado e o excesso de regulamentos infralegis, que são instruções normativas e portarias. Objetiva-se, ainda, superar a falta de uniformidade, o excesso de subjetividade e a defasagem do decreto 1.745/79.

A partir de agora, a proposta entra em consulta pública e, para participar, basta acessar o site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad): <http://www.meioambiente.go.gov.br/>. "Quando a norma entrar em vigência, nós iniciaremos, então, a fase de recepção online de toda documentação e processamento", diz Andréa Vulcanis. "Tem uma fase de transição, porque tudo hoje é feito em



Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Andréa Vulcanis, durante apresentação no auditório da Faeg: "Queremos otimizar e desburocratizar, de modo que avance a pauta do licenciamento ambiental"

papel, ainda", informa.

"Queremos otimizar e desburocratizar, de modo que avance a pauta do licenciamento ambiental", afirma a secretária. Ela pondera que, em nenhum momento, haverá flexibilização do grau de exigência. "O que estamos fazendo é eliminar normas que estão defasadas e uma série de entraves que hoje existem no processo de licenciamento". Segundo avalia, o sistema que está sendo constituído será "muito mais qualificado do que é hoje, sem os entraves e a burocracia que hoje existe nessa etapa".

"Estamos numa fila de espera de cerca de quatro anos entre a data em que o pedido do licenciamento ambiental é feito e a análise efetiva;

diz Andréa Vulcanis. "A demora é bastante expressiva e estamos determinados a imprimir celeridade", destaca. A secretária observa que o licenciamento vinha sendo feito de forma equivocada em Goiás, "absolutamente fracionado". Segundo explica, um empreendimento chega a ter entre 10 e 15 licenças, quando deveria ser uma só.

A previsão é de que o licenciamento corretivo, que corresponde a 80% do passivo atualmente existente esteja em, em funcionamento nos próximos meses. Esperamos que, muito em breve, tenhamos definitivamente um novo licenciamento ambiental aqui no estado", conclui a secretária.

“

O que estamos fazendo é eliminar normas que estão defasadas e entraves que hoje existem no processo de licenciamento ambiental”

(Secretária Andréa Vulcanis)



PEC da Educação volta ao plenário

Projeto volta à Casa após o autor não conseguir a quantidade necessária de assinaturas para apresentação de uma matéria

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

Após a retirada da PEC que altera o artigo 158 da Constituição Estadual, pelo Líder do Governo na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (MDB), o projeto volta ao plenário hoje (10) para, enfim, ser votado.

O projeto que visa incluir a destinação dos 2% da Universidade Estadual de Goiás (UEG) dentro da previsão dos 25% da receita Estadual para a Educação, que é o mínimo permitido pela Constituição. Hoje estes 2% da UEG são previstos separado do vínculo para a Educação, e é aí que entra o embate da matéria.

Na última terça-feira (2) a discussão tangenciou o debate entorno da proposta porque o projeto, que estava tramitando como uma emenda ao projeto que prevê a divulgação de ações parlamentares, de autoria do próprio líder, não teria as 14 assinaturas necessárias para a sua apresentação. Ainda assim o projeto tramitou na Casa, passou pela Procuradoria, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e não foi percebida a ausência das assinaturas.



Líder do Governo, Bruno Peixoto incluiu emenda em uma nova PEC, de autoria do deputado Vinícius Cirqueira

Após a constatação e diante das críticas da oposição, não só quanto ao número de assinaturas da PEC, mas também sobre o percentual destinado à Educação, o líder do Governo anunciou que retiraria a emenda, para apresentá-la novamente.

Nova chance

A PEC será incluída em um projeto de autoria do deputado Vinícius Cirqueira (Pros), que acrescenta os parágrafos 6º, 7º e 8º ao artigo 101 da Constituição do Estado. As alterações visam permitir convênios entre o Estado e os municípios goianos, com vistas ao envio de relatórios mensais das operações realizadas com cartões de crédito e débito para fins de fiscalização e recolhimento do

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Assim, foi apresentada uma emenda aditiva, modificando o artigo que diz respeito aos recursos da Educação. Promovendo, assim, alteração nos percentuais destinados ao financiamento da educação superior e básica, de responsabilidade do Estado.

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), ao falar com a imprensa após a sessão ordinária da quinta-feira (5) garantiu que a PEC com a emenda da Educação entra em votação hoje. "Minha obrigação é colocar em votação e tentar fazer a intermediação para evitar desgastes", afirmou.

Perguntado, se aprovada, a PEC poderia ser questionada na Justiça, Lissauer disse que

é direito dos deputados de oposição questionarem as ações, mas afirmou que não acredita que isso irá acontecer nem que a medida seja derubada pela Justiça, uma vez que ainda é possível emendar a PEC em plenário. Então, se algum deputado assim entender, pode emendar em plenário e o projeto volta pra CCJ.

Resistência ao projeto

A oposição está bastante reticente quanto à aprovação do projeto da PEC. Entre os mais críticos está o deputado estadual Antônio Gomide (PT), que defende que o projeto não deve ser aprovado, porque, de acordo com o petista, gerará uma diminuição de R\$ 400 milhões no ensino médio e no ensino superior, reduzindo

a possibilidade de criar escolas de tempo integral.

O deputado diz que há a possibilidade de questionarem na Justiça. "Entendemos que a redução fere a lei do Plano Nacional da Educação (PNE), porque estão diminuindo os investimentos e, na medida em que o Estado pode não atingir às metas", acredita o deputado que reiterou o debate do mérito do projeto, que vai reduzir o percentual para a educação.

"Educação precisa de investimento, não de corte", avalia o deputado, que criticou o debate da matéria. "Gostaríamos de ver um governo incentivando a educação, criando escolas de tempo integral, não fechar escolas, como ele está fechando e um governo que valorize a UEG", concluiu.



Atualização

Governo apresenta nova norma de licenciamento ambiental

09/09/2019 13:56 Por Francisco Costa

Texto poderá receber contribuições por meio de consulta pública nos próximos 20 dias



Foto: Fernando Leite / Jornal Opção

A proposta da nova norma de licenciamento ambiental para o Estado será apresentada na tarde desta segunda, 9, pela secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, no auditório da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg). O projeto já entrará em consulta pública nesta segunda.

De modo geral, o licenciamento ambiental é uma exigência a que estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que empregam recursos naturais e, ainda, que possam causar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente.

A nova proposta traz normas para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, que possam ser poluidores efetivos ou potenciais ou que sejam capazes de causar degradação do meio ambiente de alguma forma.

Legislação

Atualmente ainda se utiliza a legislação dos anos 1970, por isso o governador Ronaldo Caiado (DEM) tem urgência em sua modernização. Como houve uma série de normas, como instruções normativas e portarias, editadas ao longo de décadas, ocorreu um embaralhamento do processo, segundo a titular. “Não se sabe ao certo o que está revogado e o que continua em vigor”, afirma a secretária, que pretende com a nova proposta ordenar, simplificar e trazer clareza para o licenciamento ambiental.

“Estamos numa fila de espera de cerca de quatro anos entre a data em que o pedido do licenciamento ambiental é feito e a análise efetiva. A demora é bastante expressiva e estamos determinados a imprimir celeridade”, destaca Andréa Vulcanis. Atualmente, existem quase 3 mil processos na fila.

Ainda conforme a secretária, o licenciamento tem sido realizado de forma equivocada, com dez ou 15 licenças para um único empreendimento, quando deveria ser apenas uma. “Então, quando falamos, por exemplo, de uma mineração, são exigidas licenças separadas para cava, beneficiamento, estação de tratamento, derrocamento, e assim vai. É, portanto, um procedimento bastante equivocado e que precisa ser revisto”, avalia.

A nova norma traz 80 artigos e, conforme a titular da pasta, serão apresentadas as principais ideias nesta tarde. Após a exposição terá início uma consulta pública de 20 dias para que sejam feitas contribuições pelo site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

OPÇÃO (09/09)



Mais mudanças

Medida Provisória: Bolsonaro elimina exigência de publicação de documentos de licitação em jornais

09/09/2019 10:30 Por Livia Barbosa

Exigência legal de divulgação estará cumprida quando houver publicação em site oficial e no Diário Oficial da União



Foto: Marcos Santos/USP Imagens

A Medida Provisória 896/19, publicada nesta segunda-feira, 9, no Diário Oficial da União, altera quatro leis para desobrigar órgãos públicos da União, estados, Distrito Federal e municípios, de publicar documentos relativos a licitações, editais de concursos e leilões públicos em jornais de grande circulação. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) já havia indicado no início do mês passado que tomaria essa decisão.

Conforme a MP, poderão ser publicados somente em diário oficial ou na internet aviso de licitação (que contém os resumos dos editais), chamamento público para a atualização de registro cadastral, convocação de interessados em pregões, minuta de edital e de contrato de parceria público-privada (PPP), e extrato de edital de concorrência sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

A medida provisória contém ainda um dispositivo que faculta aos estados, Distrito Federal e municípios publicar os documentos em site oficial da União, assunto que ainda será regulamentado pelo governo federal. São alteradas as leis de Licitação (8666/93), do pregão (10520/02), das PPPs (11079/04) e do RDC (12462/11).

Publicação na internet

Antes da medida provisória, que tem validade imediata, todos os documentos eram publicados em jornais de grande circulação do local da licitação e na imprensa oficial. A medida provisória considera ainda que a exigência legal de divulgação, pela administração pública federal, de seus atos estará cumprida quando houver publicação em site oficial e no Diário Oficial da União.

A MP é assinada pelo presidente Jair Bolsonaro. Em agosto, ele editou uma outra medida provisória (892/19) acabando com as publicações obrigatórias de empresas de capital aberto (S/A), como convocação de assembleias e avisos aos acionistas, em jornais de grande circulação. Na ocasião, o governo afirmou que a medida reduziria custos para as empresas.

Tramitação

A MP 896/19 será analisada inicialmente em uma comissão mista. É nesta fase que são apresentadas as emendas e realizadas audiências públicas. A relatoria caberá a um senador, ainda a ser indicado. O texto aprovado pela comissão seguirá para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. (Com informações da Agência Câmara Notícias)